



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**SEGUNDA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

|                    |   |
|--------------------|---|
| <b>Processo nº</b> | 10935.008132/2007-77  |
| <b>Recurso nº</b>  | 270.741 Voluntário  |
| <b>Acórdão nº</b>  | <b>2402-01.554 – 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária</b> |
| <b>Sessão de</b>   | 15 de março de 2011   |
| <b>Matéria</b>     | ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL                                |
| <b>Recorrente</b>  | FUNDAÇÃO CULTURAL XINGU   |
| <b>Recorrida</b>   | FAZENDA NACIONAL  |

**ASSUNTO: CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS PREVIDENCIÁRIAS**

Período de apuração: 01/12/2001 a 31/12/2001, 01/02/2002 a 31/05/2002, 01/02/2006 a 31/05/2007

MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. APRESENTAÇÃO DE GFIP COM OMISSÃO DE FATOS GERADORES DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

Comete infração a empresa que apresenta Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP com omissão de fatos geradores de contribuições previdenciárias.

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. ISENÇÃO. ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. NÃO CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS.

A Entidade Beneficente de Assistência Social é obrigada a cumprir todos os requisitos legais, sob pena de perder seu direito à imunidade de que trata o art. 195, § 7º, da CF/1988.

ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais não é órgão competente para afastar a incidência da lei em razão de inconstitucionalidade, salvo nos casos previstos no art. 103-A da CF/88 e no art. 62 do Regimento Interno do CARF.

RETROATIVIDADE BENIGNA. POSSIBILIDADE.

O art. 79 da Lei nº 11.941/09 revogou o art. 32, § 5º, da Lei nº 8.212/91 e trouxe nova penalidade para a presente infração, motivo pelo qual deve haver a comparação da multa aplicada neste processo com a multa calculada com

---

base na legislação superveniente, para que, ao final, seja imposta a penalidade mais benéfica ao contribuinte.

Recurso voluntário a que se dá parcial provimento.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso para redução da multa aplicada, nos termos do artigo 32-A da Lei nº 8.212/91.

Julio César Vieira Gomes - Presidente.

Nereu Miguel Ribeiro Domingues - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Julio César Vieira Gomes, Nereu Miguel Ribeiro Domingues, Ana Maria Bandeira, Igor Soares, Ronaldo de Lima Macedo, Wilson Antonio de Souza Corrêa

## Relatório

Trata-se de auto de infração lavrado para exigir multa no valor de R\$ 43.410,89, em razão da Recorrente ter apresentado as Guias de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP com dados relativos a entidade beneficiante isenta, relativamente ao período de 12/2001, 02/2002 a 05/2002, e 02/2006 a 05/2007.

A Recorrente apresentou impugnação (fls. 86/242) requerendo a total insubsistência da autuação.

A d. Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Curitiba – PR, ao analisar o processo (fls. 247/253), julgou o lançamento totalmente procedente, sob o argumento de que a empresa apresentou a GFIP com omissão de fatos geradores das contribuições previdenciárias, bem como porque não comprovou seu direito à imunidade prevista no art. 195, § 7º, da CF/1988.

A Recorrente interpôs recurso voluntário (fls. 257/283), alegando que: (i) o auto de infração é nulo, tendo em vista que não mencionou qual dos requisitos do art. 55 da Lei nº 8.212/1991 teriam sido descumpridos; (ii) possui direito à isenção/imunidade de que trata o art. 195, § 7º, da CF/1988, pois preenche todos os requisitos constantes na Lei nº 8.212/1991; (iii) a imunidade de que trata o art. 195, § 7º, da CF/1988, é auto aplicável, não podendo ter seu gozo limitado por lei ordinária; e (iv) a multa aplicada ofende os princípios constitucionais da proporcionalidade e razoabilidade.

É o relatório.

## Voto

Conselheiro Nereu Miguel Ribeiro Domingues, Relator

Primeiramente, cabe mencionar que o presente recurso é tempestivo e preenche a todos os requisitos de admissibilidade. Portanto, dele tomo conhecimento.

A Recorrente defende que o lançamento deve ser anulado, por vício formal, tendo em vista que não indicou, supostamente, qual dos requisitos elencados no art. 55 da Lei nº 8.212/1991 teriam sido descumpridos, cerceando, assim, seu direito de ampla defesa.

Pois bem. Conforme consignado no Processo Administrativo Fiscal nº 10935.008123/2007-86, lavrado também contra a Recorrente no mesmo procedimento de fiscalização, ao qual o presente auto de infração é vinculado, ela não conseguiu demonstrar quais eram os colaboradores por ela remunerados, tampouco suas respectivas remunerações. Assim dispõe o Relatório Fiscal constante na fl. 62 do referido PAF:

*“11. O contribuinte deixou de apresentar a documentação solicitada, referente a escrituração contábil dessas sub-contas (relacionadas no item “10” deste relatório), motivo (entre outros) da lavratura do Auto de Infração (AI) Nº 37.103.911-8 (por descumprimento do artigo 33, parágrafo 2º, da Lei nº 8.212/91), impossibilitando identificar:*

- os segurados remunerados;*
- o valor da remuneração individual de cada segurado;*
- se houve desconto (e o valor) da contribuição social do segurado.”*

Não sabendo quais foram os segurados remunerados, não há como aferir se os diretores, conselheiros e sócios usufruíram ou não vantagens ou benefícios a qualquer título, o que leva ao entendimento de que a empresa não comprovou o requisito previsto no art. 55, inc. IV, da Lei nº 8.212/1991, qual seja:

*“Art. 55. Fica isenta das contribuições de que tratam os arts. 22 e 23 desta Lei a entidade beneficiante de assistência social que atenda aos seguintes requisitos cumulativamente: (...)”*

*IV - não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeiteiros, remuneração e não usufruam vantagens ou benefícios a qualquer título;”*

Sendo assim, fica claro que o auditor fiscal apontou qual requisito legal foi descumprido, não sendo possível, portanto, pleitear a anulação do lançamento por vício formal, por suposta ausência de menção de qual requisito legal (necessário para o gozo da imunidade) teria sido descumprido, tal como pretendeu a Recorrente.

Desta forma, entendo que caberia à Recorrente apresentar todos os documentos necessários para afastar a constatação do auditor fiscal de que a empresa não possuía o direito à isenção das contribuições sociais destinadas à seguridade social, não havendo, portanto, que se falar em vício formal do lançamento, por cerceamento do direito de defesa.

A Recorrente alega que cumpriu todos os requisitos exigidos para o gozo da imunidade prevista no art. 195, § 7º, da CF/1988, conforme atestam os documentos juntados no processo.

No entanto, ao verificar os documentos anexados no processo, verifica-se que estes não comprovam o cumprimento dos requisitos legais para o gozo da imunidade ora discutida.

Isto porque, a Recorrente juntou apenas Certificados de Entidade de Utilidade Pública Federal e Pedidos de Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEAS (fls. 173/191), não sendo comprovado, em nenhum momento, que ela era portadora do CEAS, ou que seus pedidos de concessão foram devidamente deferidos, o que demonstra o não cumprimento do requisito previsto no art. 55, inc. II, da Lei nº 8.212/1991, *in verbis*:

*“(...) II- seja portadora do Registro e do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, fornecidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, renovado a cada três anos;”*

Quanto aos demais requisitos, não há qualquer prova de que eles teriam sido respeitados pela Recorrente.

Os Balanços Patrimoniais juntados ao processo, relativos aos anos de 2000 a 2006 (fls. 192/242), não comprovam sequer o requisito previsto no inciso IV da referida norma, qual seja, o de não remunerar os diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeiteiros, posto que demonstram apenas o resultado da consolidação contábil da Recorrente, e não a escrituração das verbas percebidas por cada funcionário, como bem apontou a auditoria fiscal nos outros lançamentos efetuados contra a empresa, conforme já mencionado acima.

Não há, portanto, prova nos autos de que a Recorrente perfazia todos os requisitos autorizadores do gozo da imunidade de que trata o art. 195, § 7º, da CF/1988.

A Recorrente pleiteia ainda que, mesmo que se entenda que os requisitos legais não foram preenchidos, deve ser reconhecido seu direito ao gozo da imunidade, posto que a regulamentação dada pela Lei nº 8.212/1991 ao art. 195, § 7º, da CF/1988, fere o princípio da hierarquia das leis, porquanto tal regulamentação deveria ter sido feita por Lei Complementar, nos termos do art. 146, inc. II, da CF/1988.

Ainda nesses termos, a Recorrente defende que a regulamentação que seria válida é aquela prevista no art. 14 do Código Tributário Nacional, que foi recepcionado pela CF/1988 com *status de Lei Complementar*, o qual dispõe:

---

*Art. 14. O disposto na alínea c do inciso IV do artigo 9º é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:*

*I – não distribuirem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;*

*II - aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;*

*III - manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.*

*§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do artigo 9º, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.*

*§ 2º Os serviços a que se refere a alínea c do inciso IV do artigo 9º são exclusivamente, os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previstos nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.*

Contudo, para que seja possível afastar a aplicação do art. 55 da Lei nº 8.212/1991, deve-se reconhecer sua ilegalidade e/ou inconstitucionalidade, atribuição esta concedida apenas aos órgãos do Poder Judiciário, sendo vedado a este Conselho infringir esta competência, salvo naqueles casos expressamente previstos no art. 103-A da CF/88 e no art. 62, parágrafo único do Regimento Interno do CARF<sup>1</sup>, sob pena de afronta ao princípio da separação dos poderes.

Não há, portanto, como acatar o pedido formulado pela Recorrente.

---

<sup>1</sup> *“Art. 62. Fica vedado aos membros das turmas de julgamento do CARF afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.*

*Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo:*

*I - que já tenha sido declarado inconstitucional por decisão plenária definitiva do Supremo Tribunal Federal; ou*

*II - que fundamente crédito tributário objeto de:*

*a) dispensa legal de constituição ou de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 18 e 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002;*

*b) súmula da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 43 da Lei Complementar nº 73, de 1993; ou*

*c) parecer do Advogado-Geral da União aprovado pelo Presidente da República, na forma do art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993.”*

---

Não obstante, cabe ressaltar, apenas a título de argumentação, que ainda que fosse considerada a regulamentação dada pelo art. 14 do CTN, a Recorrente não teria comprovado, nem à fiscalização, nem neste processo, que teria cumprido os requisitos previstos nos incisos I a III da referida norma, conforme já explicado acima, não fazendo jus à imunidade prevista no art. 195, § 7º, da CF/1988.

A Recorrente sustenta que a multa imposta neste processo é inconstitucional, ofendendo o princípio do não confisco e da razoabilidade.

Entretanto, nos mesmos termos em que mencionado acima, não compete a este Conselho afastar a aplicação da lei com base em arguições de supostas ilegalidades/inconstitucionalidades, motivo pelo qual deixo de apreciar este requerimento.

Não obstante, cabe apontar que a penalidade aplicada e mantida neste processo não está vigente em nosso ordenamento, tendo em vista que o art. 32, § 5º, da Lei nº 8.212/1991, foi revogado pelo art. 79 da Lei nº 11.941/2009<sup>2</sup>.

Com o advento da referida lei, a infração de que trata o presente processo passou a ser regulamentada pelo art. 32-A da Lei nº 8.212/1991.

Sendo assim, em respeito à retroatividade benigna de que trata o art. 106, inc. II, “c”, do CTN, é mister que seja realizado o cálculo da multa capitaneada neste processo com base na metodologia prevista na legislação superveniente (art. 32-A da Lei nº 8.212/1991, com a redação dada pela Lei nº 11.941/2009), para que, após, seja realizada sua comparação com a multa aplicada originariamente nestes autos (que está de acordo com a legislação vigente à época dos fatos geradores), a fim de que, ao final, seja aplicada a penalidade que for mais benéfica ao contribuinte<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> *“Art. 79. Ficam revogados:*

*I – os §§ 1º e 3º a 8º do art. 32, o art. 34, os §§ 1º a 4º do art. 35, os §§ 1º e 2º do art. 37, os arts. 38 e 41, o § 8º do art. 47, o § 2º do art. 49, o parágrafo único do art. 52, o inciso II do caput do art. 80, o art. 81, os §§ 1º, 2º, 3º, 5º, 6º e 7º do art. 89 e o parágrafo único do art. 93 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;”*

<sup>3</sup> *“MULTA ISOLADA POR FALTA DE PAGAMENTO DE ESTIMATIVA MENSAL. RETROATIVIDADE BENIGNA. Reduz-se para 50% o percentual de multa isolada por falta de recolhimento por estimativa, em razão do princípio da retroatividade benigna, contido no art. 106, II, “c” do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66).”* (CARF, PAF nº 10380.013236/2003-93, Recurso nº 142669, 1ª Câmara, Cons. Rel. Valmir Sandri, Sessão de 16/04/2008)

*“(...) MULTA DE OFÍCIO – RETROATIVIDADE BENIGNA. Exclui-se a multa de ofício aplicada pela superveniência de norma legal que deixa de exigir-la, por força da retroatividade benigna do artigo 106, II, “c” do CTN. Recurso Voluntário Provido em Parte.”* (CARF, PAF nº 11080.000986/2005-12, Recurso nº 154606, 1ª Câmara, Cons. Rel. Caio Marcos Cândido, Sessão de 06/03/2008)

---

Diante do exposto, voto pelo **CONHECIMENTO** do recurso voluntário para **DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para que a penalidade imposta no processo, com base no revogado art. 32, § 5º, da Lei nº 8.212/1991, seja recalculada com base na metodologia prevista na legislação superveniente (art. 32-A da Lei nº 8.212/1991, com a redação dada pela Lei nº 11.941/2009), para que, após, seja realizada sua comparação com a multa aplicada originariamente nestes autos (que está de acordo com a legislação vigente à época dos fatos geradores), a fim de que, ao final, **seja aplicada a penalidade que for mais benéfica ao contribuinte**.

É o voto.

Nereu Miguel Ribeiro Domingues